

O PRESIDENTE AGITA-SE E O PAÍS PRECIPITA-SE

Ninguém, que não seja forrado da maior ingenuidade, ou tomado não esteja de total cegueira, poderá supor que o atual governo seja capaz de resolver a presente situação do País. Desde a inflação até a dissolução moral, nada foi estancado; muito ao contrário, às causas anteriores, novas causas de perturbação da vida nacional foram acrescentadas. Enquanto o Presidente se agita, o País se precipita.

Não haverá recurso contra a tremenda situação? Teremos de resignar-nos a ser passivamente arrastados na voragem? Eis a angustiosa pergunta que fica sem resposta. O que seria normal numa democracia é que um governo inepto fôsse substituído por outro, até que finalmente surgisse o que se mostrasse à altura da situação, pois tal mutabilidade é que caracteriza essencialmente a democracia. Mas neste sistema presidencial, que se diz vigente no País, eleito o governante, não há possibilidade legal de o substituir, enquanto não expirar o seu mandato. Fica a coletividade entregue ao arbitrio de um homem por um contrato que não se pode denunciar, por maior que seja a lesão produzida. Há que suportar igualmente os maus e os bons governos, os incapazes e os eficazes, os corruptos e os honestos. O sistema não funciona em favor do País, senão em benefício de uma situação política, que uma eleição ou criou, ou legitimou.

Assim se explicam em grande parte os frequentes golpes, motins e revoluções da América Latina. Reações muitas vezes contra as ditaduras mais ou menos constitucionais que o sistema admite, são-no outras tantas vezes contra a inépcia e a irresponsabilidade de governos que legalmente não se podem remover.

Elege o País livremente o seu governo? Assim aconteceu no último pleito presidencial? Concedamo-lo. E concedamos mais que o eleito de uma minoria tenha o direito de governar a maioria. Mas, se este governo livremente eleito decepciona e contraria a própria maioria que o elegeu? Que remédio oferece o sistema à anômala e anti-democrática situação? Nenhum, senão a paciência, senão a contemporização com o mal, senão a resignação ao desastre. Ao direito natural da Nação, que é o de ser bem governada, sobrepõe-se o direito legal do governante, que é o de permanecer no poder contra tudo e contra todos. Será isto sistema de governo democrático, ou, pelo contrário, a sua negação?

Explica isto o desastre a que está sendo arrastado o País. Desastre evidente e certo, mas cujas consequências ninguém poderá avaliar neste clima de subversão social que se está formando pela inconsciência da maioria e pela perversidade de uma reduzida minoria.

Vejamos agora qual seria a situação do País, se, em vez do falso e contraditório sistema de governo que é o presidencial, estivesse em vigor o sistema parlamentar. O presidente da República, eleito pelo Congresso para ser um magistrado, não seria nunca, pela natureza da função e pelo processo da escolha, um funâmbulo ou pelotiqueiro. Não teria necessidade de justificar ante o País, os erros e as falhas de um governo que não exerce. O seu papel não seria governar no sentido restrito da palavra, senão vigiar por que se exercesse o governo de acordo com as boas regras do regime. E o governo propriamente dito, que o sr. Juscelino Kubitschek já exerceu por um ano, voando e falando, e terá o direito líquido, mas incerto, de exercer por mais quatro? O governo seria exercido pelo Conselho de Ministros e o seu Presidente. Poucas semanas, no máximo alguns meses bastariam a demonstrar-lhe a capacidade. Não sendo satisfatória a prova, novo governo o substituiria, sem abalo ou comoção, por uma simples moção de desconfiança, e assim por tentativas sucessivas até que surgisse o governo conveniente.

Este seria, evidentemente, o que, dotado de uma completa visão das necessidades nacionais, tivesse também a capacidade moral de realizar as reformas que elas demandassem, tanto nas leis e instituições, como nos usos e costumes.

Este simples esboço comparativo entre o sistema de governo que temos e o que poderíamos ter, basta a demonstrar que, contrariamente ao sustentado por um pretensão realismo, mais do que nos homens, está no sistema, que perverte e degrada os homens, a causa essencial dos males nacionais. Adotamos um mecanismo de governo que institui o poder pessoal, estabelece a irresponsabilidade, favorece a corrupção e depois nos queixamos de que prepotentes, irresponsáveis, corruptos e corruptores sejam os governantes.

O País, pois, vai sendo arrastado na voragem. É um barco desgovernado por seu mau sistema de governo. Excluída a hipótese do milagre, somente a substituição do mecanismo de governo poderá evitar o desastre final. Haverá ainda, neste País, bastante inteligência e suficiente decisão para fazer a reforma salvadora? Eis a questão a que este ano de 1957 terá de dar resposta.

Mas, o sr. Juscelino Kubitschek? — perguntarão. Ora, o itinerante presidente poderia continuar voando sem maior prejuízo, desde que pusesse tento na língua, para não prejudicar a obra do governo.